

COBRINDO O ROMBO



Haddad confronta extrema-direita na Câmara e afirma que déficit é herança de Bolsonaro. Em 2022, o rombo foi de R\$230,54 bilhões. O último mês do ex-presidente alcançou maior déficit já registrado desde o início da série histórica

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 28 de maio de 2024 N° 143

Haddad responde oposição na Câmara com fatos

São Paulo aprova projeto para escolas militares; entenda

Jamil Chade: "Reconhecimento da Palestina é tardio"

Teatro Oficina estreia monólogo em tributo a Vera Valdez



SEJA UM VOLUNTÁRIO E ESPALHE A VERDADE

*Quer ajudar o povo
do **Rio Grande do Sul** e
combater notícias falsas?*

*Entre no grupo
de Caçadores de
FAKE NEWS*

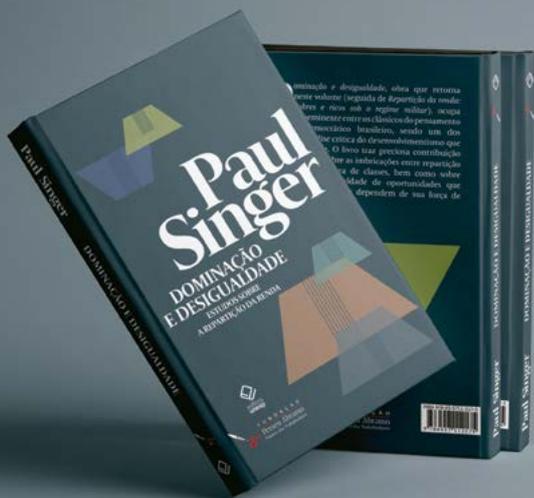
bit.ly/cacadoresfakenews



DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

editoraunesp.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



editora
unesp

focus

BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

RECONEXÃO PERIFÉRIAS
LANÇAMENTO DO CADERNO

26/04 - DAS 16H ÀS 19H

CHACINAS E FEMINICÍDIOS
OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS



Local: Ocupação Nove de Julho
R. Álvaro de Carvalho, 427
Bela Vista - São Paulo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



cesc
Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania

SÃO PAULO





HERANÇA MALDITA

Na última quarta-feira (22), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o déficit frequentemente atribuído pela extrema-direita ao governo do presidente Lula é herança do governo de Jair Bolsonaro, que deixou, segundo o titular da pasta, mais de R\$130 bilhões em "calote".

Página 06

CARTA AO LEITOR Não há direitos humanos sem segurança

Página 05

CAPA Haddad aponta rombo deixado na economia e ressalta ações da Fazenda

Página 06

EDUCAÇÃO São Paulo aprova projeto para escolas militares

Página 09

CHUVAS Mais de 400 planos de trabalho são aprovados para o RS

Página 14

SENADO Representantes do governo detalham ações de socorro ao RS

Página 16

ARTIGO Líder do PT na Câmara escreve sobre as eleições municipais

Página 18

ECONOMIA A taxaço de super-ricos e o Meio Ambiente

Página 19

RECONEXÃO "Quem é nacionalista, defende direitos humanos",

diz Silvio Almeida

Página 21

PALESTINA Jamil Chade fala sobre o reconhecimento tardio da Palestina

Página 23

ARTIGO A parceria de 200 anos entre Brasil e Estados Unidos

Página 30

TRIBUTO Teatro Oficina homenageia a atriz Vera Valdez

Página 32



CRESCIMENTO -
Milícias controlam
60% das favelas
do Rio

NÃO HÁ DIREITOS HUMANOS SEM SEGURANÇA PÚBLICA

Alberto Cantalice

O direito de ir e vir com paz e segurança é um direito inalienável de cada cidadão ou cidadã no Brasil. Infelizmente, não é o que se vê nas ruas, praças e avenidas país afora. Esse quadro dramático amplia quando entra em foco as periferias e comunidades das grandes cidades.

O controle dos territórios exercido pelo crime organizado, a exemplo, o narcotráfico e as milícias, impõe suas próprias "leis", a potencialização do armamento de grosso calibre, cuja exposição ostensiva, à luz do dia, cria cenas distópicas e opera a lógica do medo e do terror - estes agentes transformaram para pior a vida nas comunidades.

Trazendo da ficção de Dante, num paralelo com a nossa realidade, o círculo vicioso e nefasto do mandonismo, da subjugação e do controle, o poder paralelo transforma o povo em refém de suas atividades criminosas de larga escala e impacto de alto alcance, até no dia a dia do povo que vive em territórios dominados, em especial o povo trabalhador. É como se fosse a reprodução literal do 6º Círculo do inferno, de Alighieri.

Como substrato desse comportamento nocivo por parte das pequenas máfias, surge a intolerância religiosa e a exploração pelo crime de todas as atividades econômicas: a luz, o gás, a TV à cabo, as provedoras de internet e o transporte. Não são "só" o comércio das drogas nas comunidades ou a venda de "segurança privada" nos bair-

ros de classe média as principais fontes de receita do crime. Mas também a superexploração dos serviços que deveriam ser explorados legalmente, sob supervisão do Estado.

Nessas localidades, as pequenas máfias exercem a atividade policial, pois patrulham as ruas. Acusam os que saem fora do seu contexto e julgam de acordo com suas "leis" as penas. É uma caricatura nefasta do Estado Juiz. É a completa substituição da lógica do Estado formal pelo "Estado ilegal".

É indubitável que a situação tenha chegado a esse estado de institucionalização do crime pela inércia do Estado e pela promiscuidade entre agentes públicos aliados de criminosos, portanto criminosos também.

É de uma alegoria trágica perceber a contaminação dos órgãos de Segurança Pública e escutar que o "arrego", isto é, o dinheiro da corrupção é sagrado. Sem ela não há paz para a prática delituosa. Tudo isso se soma ao enfraquecimento das polícias investigativas em detrimento do policiamento ostensivo. No Brasil a quantidade de crimes de morte elucidados beira o pornográfico número de 10%.

A ocorrência de 50 a 60 mil mortes violentas por ano coloca o Brasil na dianteira do número de mortos por 100 mil habitantes no mundo. Motivados por uma série de fatores, é necessário admitir que a impunidade é um agente estimulante para a manutenção desse cenário sombrio.

Precisamos urgentemente recuperar os direitos à paz e tranquilidade para o povo brasileiro. Estabelecer verdadeiramente, com os enfrentamentos necessários, os Direitos Humanos como política pública em todos os recantos do país.

Ao leitor: voltaremos ao assunto.



Paulo Pinto/Agência Brasil

“TOMA QUE O FILHO É TEU”: HADDAD APONTA ROMBO DEIXADO NA ECONOMIA E RESSALTA AÇÕES DA FAZENDA

“Eu não estou entendendo esse ruído todo que está acontecendo. Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira. E não tem amparo nos dados, porque nós estamos gerando emprego com baixa inflação”, afirmou o ministro na Câmara a deputados da oposição. Em 2023, governo teve que lidar com um rombo fiscal de R\$ 270 bilhões herdado do governo anterior

Quase no fim de seu terceiro semestre, o governo federal, com o presidente Lula à frente, e a Fazenda, do ministro Fernando Haddad, seguem na mira de ataques de revisionistas que ignoram o rombo que o governo anterior deixou. Mais uma vez, o Brasil vive entre o reequilíbrio do desenvolvimento tendo que tapar buracos de militares.

A exemplo do governo militar anterior, a ditadura, que anunciava o milagre econômico e deixou o país em frangalhos e a inflação em disparada, o governo militarizado de Jair Bolsonaro, que se encerrou em 2022, também se articulou entre aparelhamento e forte relação com emendas parlamentares e aprovação de matérias de arrocho econômico, o ex-presidente e seu parceiro, Paulo Guedes, ex-ministro da Economia, para forjar um desenvolvimento e política de juros fantasiosas, que resultaram em

desastre econômico.

Ainda no período de transição, em novembro de 2023, o então futuro ministro da Fazenda Fernando Haddad estimava uma “herança” pesada do governo Bolsonaro sobre as contas públicas. Segundo Haddad à época, a perda dos estados com a mudança promovida por Guedes na regra do ICMS sobre combustíveis foi de R\$80 bilhões.

O motivo? Medidas populistas e aparelhamento do estado em ano eleitoral, na tentativa de garantir continuação do poder – o que culminou até mesmo em tentativa de golpe com disseminação de mentiras sobre a idoneidade do processo eleitoral brasileiro. Segundo Haddad, os gastos populistas foram da ordem de R\$300 bi.

Outro problema herdado, apontado pelo ministro já no primeiro mês à frente do ministério, foi o efeito cascata gerado pelo rombo, que causou um déficit nas contas públicas. Ficou para o governo Lula pagar precatórios atrasados, deixados pelo gover-

no anterior.

Em 2022, o resultado público ficou negativo em R\$230,54 bilhões, só perdendo para 2020, quando o déficit atingiu R\$743,25 bilhões por causa da pandemia de covid-19. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. O déficit de dezembro de 2022 foi o maior já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1997. Sem os precatórios, informou o Tesouro, o resultado negativo ficaria em R\$23,8 bilhões.

Importante ressaltar que a decisão do governo Lula de pagar o calote dos precatórios foi também uma ação de reconstrução: o presidente anterior havia empurrado a dívida para 2026, último ano deste novo governo Lula e ano de novas eleições.

Tapando o buraco: o desafio constante

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse aos inte-



APOIO O presidente Lula elogiou a atuação do ministro Fernando Haddad na sessão realizada da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados



DUPLA DA CRISE

Déficit econômico recorde é resultado da dupla formada pelo capitão Jair Bolsonaro e pelo representante do mercado, Paulo Guedes

grantes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, na última quarta-feira (22) que existe um movimento de críticas às políticas econômicas do governo que não tem base na realidade. Para Haddad, os números da economia são positivos e estão sendo valorizados pelas agências de risco estrangeiras.

“Eu não estou entendendo esse ruído todo que está acontecendo. Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira. E não tem amparo nos dados, porque nós estamos gerando emprego com baixa inflação”, afirmou.

O deputado Filipe Barros (PL-PR) citou reportagens que falam do déficit fiscal de 2023 e de 2024, e levou como resposta logo uma invertida do ministro Fernando Haddad, que chegou a viralizar nas redes sociais com sua participação na audiência. “Esse déficit, deputado, não é nosso. O filho é teu. Tem que assumir. Tem paternidade isso aqui. Faz exame de DNA e você vai saber quem que deu calote”, respondeu Fernando Haddad.

Já o deputado Kim Katagui-

ri (União-SP) criticou a busca do governo pelo aumento da arrecadação: “Vossa Excelência não acredita que há, até pela própria herança patrimonialista do nosso País, muitos privilégios no orçamento público, tanto para o setor público quanto para o setor privado, que o governo deveria cortar antes de pensar em tributação?”

Haddad afirmou que o governo está buscando a justiça fiscal no Orçamento. “Quem ganhava dois salários-mínimos pagava imposto no governo Bolsonaro. E os amigos que tinham fundo offshore e fundo fechado não pagavam nada. Nada!”, rebateu.

Ministro diz que inflação está sob controle

Na mesma audiência, o ministro indicou que a economia brasileira está gerando empregos com baixa inflação e que os ruídos sobre a política econômica do governo “vão desaparecer porque foram patrocinados, não são reais”. “Tem interesses por trás disso”, disse, destacando que os principais indicadores de inflação e desemprego estão po-

sitivos.

“A impressão que dá é que tem um fantasma fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento”, acrescentou. Haddad participou de audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para tratar de assuntos relacionados à sua pasta.

“Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira e não tem amparo nos dados. Porque estamos com baixa inflação, o rendimento do trabalho subiu no ano passado e isso não gerou inflação”, disse Haddad. “Estamos construindo um caminho mais justo do ponto de vista social. É um ajuste fiscal que está sendo feito sem fazer doer nas famílias, nos trabalhadores, no empresário que paga seus impostos corretamente, sem prejudicar programas sociais importantes, contratos sociais já estabelecidos. Estamos fazendo um caminho mais difícil, pois exigem vários pequenos ajustes, que, somados, vão resolver nosso problema fiscal”, declarou o ministro.

Com informações da Agência Câmara, Agência Brasil



O governador Tarcísio de Freitas assinou nesta segunda-feira (27), no Palácio dos Bandeirantes, a lei que institui o Programa Escola Cívico-Militar na rede paulista de ensino

“A MILITARIZAÇÃO FAZ PARTE DA DESTRUIÇÃO DA IDEIA DE ESCOLA PÚBLICA”, AFIRMA ESPECIALISTA

Na contramão da descontinuidade iniciada pelo governo federal, São Paulo aprova projeto para escolas militares; entenda como a presença de agentes de segurança pode atrapalhar um processo educativo inclusivo

Claudia Rocha

De autoria do governador Tarcísio de Freitas, o projeto que visa militarizar parte das escolas do estado de São Paulo foi aprovado na Assembleia Legislativa paulista (Alesp), na semana passa-

da, com uma sessão marcada pela truculência da polícia militar com alunos secundaristas que protestavam contra a ideia. Diversas entidades do setor da educação manifestaram repúdio ao caso; a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, emitiu uma nota apontando preocupação com o ocorrido.

Para Catarina de Almeida San-

tos, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e membro da coordenação do Comitê-DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o tema coloca em disputa a função social da escola pública, já que a especialista defende que o militarismo traz consigo uma perspectiva de disciplina radicalmente con-



CATARINA DE ALMEIDA SANTOS, professora da Faculdade de Educação da UnBe e membro da coordenação do Comitê-DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

trária às bases da escola pública.

“A disciplina para a área de segurança é sobre obediência às regras estabelecidas por meio da imposição do medo, a disciplina no campo da educação tem a ver com aprendizado, do respeito às diferenças, da convivência coletiva, do respeito ao outro, é sobre respeito”, explica a professora que coordena a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação.

Para a professora, a polícia deve tratar as questões de segurança no âmbito geral da sociedade. Catarina de Almeida Santos desmistifica também a ideia de que as escolas militarizadas possuem melhores índices de aprendizado.

Mesmo com o avanço do conservadorismo, uma pesquisa, realizada em 2022 pelo DataFolha por encomenda da Ação Educativa e Cenpec, mostrou que sete em cada dez brasileiros afirmaram confiar mais na figura do professor do que na de um agente de segurança no que diz respeito à atuação dentro da escola e que os principais problemas da educação têm relação com falta de investi-

mento e a desvalorização profissional dos professores.

- O Brasil tinha uma política, no governo anterior, de incentivo a militarização no ambiente escolar, por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, conhecido como PECIM, que está sendo aos poucos descontinuado por decisão tomada no ano passado pelo Ministério da Educação. Mas, em São Paulo, estamos no sentido contrário, e observamos um avanço da pauta. Como você enxerga essa relação entre o militarismo e o ambiente escolar? Existem prós e contras nessa questão?

- Então, o primeiro a dizer é que a política anterior era um programa do governo que já nasceu no meio de uma política que existia no Brasil, de ponta a ponta. Com exceção do Sergipe, todas as outras unidades da federação têm escolas militarizadas, seja nas redes estaduais ou nas redes municipais. Então, a gente tem mais de mil escolas militarizadas no Brasil e a maioria delas nem foi via o Programa nacional de escolas

cívico militares. Sobre a política anterior, o que se fez foi revogar o decreto, mas muitos estados e muitos municípios continuaram por conta própria e incorporaram as escolas militarizadas do PECIM a suas redes de escolas militarizadas. Paraná, Goiás, vários estados fizeram isso. Por exemplo, estou agora aqui na Bahia, só na Bahia são mais de cem escolas. Para dar um panorama temporal, a militarização começa no Brasil no final da década de 90 e segue em expansão, a gente tem muitos formatos e muitos agentes da área de segurança dentro da escola. Temos a militarização direta via Secretarias de Educação e de Segurança, temos a militarização também por meio de termos de cooperação assinados entre os municípios e os Comandos da Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Rodoviária Federal e Guardas Metropolitanas.

A gente tem também um modelo como se fosse de venda de uma apostila por grupos de militares que montam empresas, organizações sociais e vendem a militarização a partir de sistemas de ensino. Então a gente tem esse é o panorama no Brasil, que vem expandindo, e junto com a expansão todos os problemas decorrentes da militarização. Não é algo novo no país e já vem causando muitos estragos, especialmente para os estudantes.

- E, já que você citou a venda de pacotes para escolas, qual seria esse atrativo? Quais são as bases de atuação? Porque o que é falado, em geral, é que, com a militarização, não existe interferência pedagógica ou algum tipo de competição com os professores, mas sim uma metodologia relacionada somente à disciplina dos alunos.

- Primeiro que não existe essa coisa de não interferir no pedagógico, né? Não existe uma se-

paração entre o disciplinar e o pedagógico. Quando eu pego, por exemplo, as normativas dos militares que falam que estão cuidando apenas do disciplinar, e aí você vai ver nos manuais das escolas que são militarizadas, que têm o Manual do Estudante, Manual de Comportamento, Manual de Fardamento, lá vai dizer que os estudantes não podem manifestar afeto, não podem andar de mãos dadas, não podem correr, não podem fazer um monte de coisa e têm que bater continência, fazer formação. Se o pedagógico falar que precisa correr, por exemplo, o disciplinar vai dizer que não pode. Quando estamos falando de um processo disciplinar da escola, é preciso entender que ele não tem a ver com a disciplina de um quartel. A disciplina para a área de segurança é sobre obediência às regras estabelecidas por meio da imposição do medo, a disciplina no campo da educação tem a ver com aprendizado, do respeito às diferenças, da convivência coletiva, do respeito ao outro, é sobre respeito. A gente está falando de respeito no campo da disciplina, não estamos falando de obediência. Então eu não separo isso no processo de formação; essa disciplina é parte do processo pedagógico, é parte do processo de formação, é parte do processo de aprendizagem. Não existe isso da polícia, dos agentes de segurança, do bombeiro ou seja lá qual agente estiver dentro da escola, de que ele está lá dentro só para lidar com uma questão, até porque eles não sabem, né? Eles não têm essa formação, não tem prática nessa coisa de lidar com criança e adolescente e sobre o ensinamento para o respeito. Não faz parte da doutrina militar o diálogo, essa disciplina que só é possível construir com diálogo, e com diálogo em uma perspectiva horizontal e não na perspectiva hierárquica vertical, que é o que está na área de segurança, você não separa o

disciplinar do pedagógico.

- Há também o discurso sobre a questão da segurança no ambiente escolar...

- Sim, o outro elemento muito utilizado é sobre a questão da segurança, né, mas, bom, os profissionais da Segurança não precisam garantir segurança para escola, eles precisam garantir segurança na sociedade. É por que eu digo que ele tem que garantir segurança na sociedade? Porque

A DISCIPLINA PARA A ÁREA DE SEGURANÇA É SOBRE OBEDIÊNCIA POR MEIO DO MEDO, NO CAMPO DA EDUCAÇÃO TEM A VER COM APRENDIZADO

nós não estamos falando de escolas seguras em cidades tranquilas ou em localidades tranquilas. A gente tá falando de territórios que têm problemas e que a escola tem problemas, mas problemas menores inclusive do que aqueles que têm fora dela, né? Então, nós não estamos falando de profissionais que estão dando conta do seu ofício, ou seja, garantir a segurança, a ordem; nós temos mais problemas na segurança do que na educação, talvez. Aliás, se tem

uma coisa que a população brasileira não tem é um direito social à segurança como está lá na nossa Constituição. Então, nós estamos falando dessa venda [da ideia] de que a polícia significa segurança, né, que a presença da polícia significa segurança. Um projeto como esse de São Paulo e vários outros são em áreas de vulnerabilidade, quando a gente sabe o que que a polícia significa nessas áreas. E aí se vende a ideia de que se a escola for ordeira no sentido da segurança, se os alunos forem obedientes, isso garante o aprendizado, a qualidade da formação, o que obviamente é uma falácia, né? Estamos falando de um sistema educativo com um público de quase 40 milhões de estudantes, com turmas superlotadas, faltando professores, com escolas que nem poderiam ser chamadas de escolas, com problemas de todas as ordens, né, professores muito mal remunerados. E aí você vai mandar policiais aposentados para receber um valor maior do que aquilo que o piso salarial paga e aí, em nome disso, se vende que se essa escola tiver com polícia vai ter qualidade, isso é o que se vende. E, no fundo, no fundo, nós estamos falando de um projeto que quer controlar a escola pública, que quer controlar o que se faz dentro da escola, que quer controlar a juventude, que quer tirar da escola as possibilidades de disputa, né? Porque a escola pública está em disputa. Ela tem um monte de problemas, inclusive contra os estudantes, e que essas disputas estão sempre dentro da escola. Aí você vai ter essa essa juventude da periferia reivindicando que ela possa ser espaço da cultura hip hop, da cultura, afro, de todas as culturas que estão perto da escola e que, obviamente, a partir da presença da polícia e isso não poderá ser feito porque a escola militarizada deixa de ser a escola pública de todos os grupos, ela se torna a escola que vai ter que se



Reprodução

INVESTIMENTO - Bolsonaro injetou R\$ 60 milhões no orçamento em 2020 a construção de um colégio militar em São Paulo. Foi o primeiro do estado e o 14º estabelecimento do país

adequar aos ditames e as regras da polícia, e aí as diferentes formas de existir não cabem nessa escola porque isso não cabe no militarismo. Se os gestores estão mandando a polícia para dentro da escola é porque eles querem que a polícia interfira. A polícia, via de regra, lida com as questões de violência, e não as violências que a gente precisa tratar de forma pedagógica, né? Não são as violências cotidianas, da escola. A polícia pode ser acionada, por exemplo, quando tiver um caso de assalto, de roubo, de qualquer coisa. Sempre que não for possível resolver da perspectiva pedagógica, os agentes de segurança podem ser acionados, como são acionados em crimes que ocorrem em casa, na empresa, na rua. Agora, porque tem violência em casa, eu vou mandar a polícia para cada casa? Olha a quantidade de mulheres que morrem em casa, crianças e adolescentes estuprados por familiares. Quando um crime desse acontece, você aciona para que

haja investigação e não para deixar um policial lá plantado.

NÃO FAZ PARTE DA DOCTRINA MILITAR O DIÁLOGO, ESSA DISCIPLINA QUE SÓ É POSSÍVEL CONSTRUIR COM DIÁLOGO

- E como está o cenário da aprendizagem nesse contexto?

- Os dados relacionados à militarização, de quando a polícia vai para a escola, dizem que quando a escola entrega resultados diferentes, e algumas nem isso têm entregado, os alunos que têm baixo rendimento ou os chamados 'alunos problemas' eles são retirados da escola, eles são expulsos da escola, aqueles alunos não cabem no projeto. Então, não é a escola que se organiza para lidar com a diversidade de alunos, a escola estabelece um padrão e assim ela perde a característica de escola pública. A escola fica largada, sem condições de desenvolver o trabalho que ela tem que fazer, ela fica cada vez mais parecida com uma prisão e menos com escola. Sem o espaço da criatividade, da ludicidade, fica só preparada para entregar resultados e não para formar gente. E a partir disso, eu digo que a escola não está funcionando. Aí eu ponho a polícia lá dentro, e quan-

do ela está lá, coloco mais professores, reformo a escola, seleciono quem vai ficar lá dentro, e a partir disso, digo que a escola melhorou; tiram quem não interessa e ainda dizem que não têm interferência, como é que não tem interferência?

- E o avanço do conservadorismo na sociedade brasileira não é uma novidade. Existe o senso comum de que a população apoia a militarização ou que avalia positivamente a intervenção a partir da perspectiva da disciplina. Como você entende essa visão assim da sociedade, dos pais, a partir desse tema?

- Objetivamente, uma parte da sociedade apoia a questão da militarização, talvez até alguns professores, inclusive, porque, afinal de contas, a gente tem uma sociedade conservadora. A gente não estaria discutindo a militarização da escola, se a nossa sociedade não fosse conservadora, e quando eu digo conservadora, eu estou falando da conservação dessa estrutura de sociedade, que é racista, que é misógina, que é lgbtfóbica, que é desigual social, desigual nas questões de gênero. Então, é essa sociedade que a gente tem. Quando a gente olha para a escola, ela é um lugar que, como eu falei, só na educação básica, a gente tem quase 40 milhões, juntando os profissionais mais os familiares, a sociedade brasileira está em torno da escola. E a gente tá aqui falando da escola pública, que é a que está em disputa para ser controlada. Essa escola, se ela trata daquilo que precisa ser tratado na nossa sociedade, se o currículo da escola mexe com isso, essa escola funciona como uma ameaça a essa estrutura de sociedade. Quantas crianças e quantas mulheres não descobrem que estão sendo violentadas sexualmente a partir de projetos desenvolvidos na escola? Quantas escolas não denunciam os abusos ao Conselho Tutelar? E

esses mesmos conservadores que-rem ocupar também os conselhos tutelares. Então, não tem nenhuma outra instituição na nossa sociedade que tenha essa quantidade de gente, no mínimo quatro horas por dias e no mínimo 200 dias por ano, então, se essa estrutura funciona, você estremece a estrutura da sociedade. Como a Constituição diz que a educação é direito de todos e obrigação do Estado, se você não pode impedir isso como um todo, se controla aquilo que

**SE TEM UMA COISA
QUE A POPULAÇÃO
BRASILEIRA
NÃO TEM É UM
DIREITO SOCIAL À
SEGURANÇA COMO
ESTÁ LÁ NA NOSSA
CONSTITUIÇÃO**

trabalha na escola, e se você controla aquilo que a escola faz você vai controlar se essa escola vai ser para transformar ou para manter essa situação. A militarização faz parte da destruição da ideia de escola pública, dessa escola pública que vai olhar para o público, que vai trabalhar com todos os públicos, que vai trabalhar com os neurodivergentes, que vai trabalhar com as pessoas com suas etnias, que vai trabalhar com diferentes corpos. Então, ela pode romper

com essa lógica; nossa sociedade tem essa história de conservação dessas estruturas de violências, violações e desigualdades. Isso vai convencer a nossa sociedade. Muitos pais estão organizados pelas 'escolas sem partido', homeschooling (educação doméstica), e vai ter uma parte que vai comprar a ideia de que as escolas militarizadas entregam os mesmos resultados que as escolas militares, mas que não entregam resultados por serem militares e sim porque escolhem o público, porque tem outra infraestrutura, mas que traumatizam um conjunto das pessoas que estudam lá. E você vai ter as escolas federais: várias escolas federais estão alcançando melhores resultados sem serem militares, né?

Bom, ninguém quer uma escola violenta, na verdade, então quando você vende a ideia de que essa escola não vai ter violência, que os alunos vão aprender, muita gente também vai comprar essa ideia. Pensa em uma sociedade que tem um conjunto de mães soltas nas periferias, que saem todos os dias e que seus filhos ficam ao Deus-dará porque elas não podem ficar com eles, e aí você tem uma ideia de que o adolescente não vai estar em contato com a droga, então eu tenho uma complexidade da sociedade brasileira para levar em conta nesse apoio. Agora, a gente tem pesquisas mostrando que a maior parte da sociedade brasileira confia mais nos professores do que na polícia, entende? Que o lugar da polícia não é na escola. Então, porque a gente vai vendo alguns grupos de pais apoiando não significa que a sociedade como um todo apoia essa questão, muitas vezes. Apoia a partir de qual debate? Ninguém faz o debate, ninguém discute que aquilo que a polícia pode fazer não está dentro da escola, né? Que ela tá falhando fora da escola, então a partir disso as pessoas também vão comprar essa ideia.



Lucas Leffa/Secom

MAIS DE 400 PLANOS DE TRABALHO PARA O RIO GRANDE DO SUL SÃO APROVADOS

Em coletiva de imprensa, vice-presidente e ministros destacam avanço no processo de repasse do Auxílio Reconstrução e falam sobre medida para auxiliar grandes empresas

Após ter iniciado a fase de confirmação de dados das famílias cadastradas pelas prefeituras para receber o Auxílio Reconstrução no Rio Grande do Sul e aprovado mais de 400 planos de trabalho para ajudar os municípios gaúchos, a próxima ação do Governo Federal voltada ao estado será a edição de uma medida

provisória de apoio às grandes empresas afetadas por enchentes, com uma linha de crédito de R\$ 15 bilhões.

A medidas para ajudar a população gaúcha foram destaque na coletiva de imprensa realizada em Caxias do Sul (RS), nesta segunda-feira, 27 de maio, pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin,

junto aos ministros da Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, Waldez Góes, além do governador do estado, Eduardo Leite.

“Já está à disposição da sociedade gaúcha a possibilidade das primeiras famílias confirma-



ALÍVIO - “Neste momento, nós já temos 44 mil famílias que podem confirmar o cadastro para receber o Auxílio Reconstrução”, afirma o ministro Paulo Pimenta

rem as informações para receber o Auxílio Reconstrução. Neste momento, nós já temos 44 mil famílias que podem confirmar o cadastro para receber o Auxílio Reconstrução. Essas informações chegaram pelas prefeituras e, após uma checagem, durante o fim de semana, levando em consideração várias informações, uma parceria com o governo do estado sobre a mancha atingida. Uma checagem com dados no Censo do IBGE, com informações sobre a conta de água, conta de luz”, detalhou Pimenta.

O procedimento de confirmação de dados deve ser feito pela pessoa responsável de cada família, diretamente no site oficial – www.gov.br/auxilioreconstrucao. Para isso, ela precisa entrar no sistema usando a conta Gov.br. Só após confirmadas as informações do cadastro, o nome da pessoa será encaminhado à Caixa Econômica Federal, que fará o depósito dos R\$5.100.

Planos de trabalho

Waldez Góes atualizou o número de planos de trabalho elaborados por prefeituras que foram aprovados para obter apoio federal, que é de 406. “A Defesa Civil Nacional, em parceria com o Estado e municípios, trabalha naquela resposta mais imediata, no salvar vidas, no cuidar das pessoas em abrigo. E os primeiros planos são de ajuda humanitária, para alimentação, água, produtos de higiene pessoal, às vezes até banheiro químico, combustível. Até o momento, já aprovamos 406 planos municipais”, relatou.

Empresas

Geraldo Alckmin destacou que está em fase de finalização no Governo Federal uma linha de crédito de cerca de R\$15 bilhões para auxiliar as grandes empresas afetadas por enchentes no

Rio Grande do Sul. O benefício será operado pelo BNDES, que terá uma unidade avançada na capital gaúcha, Porto Alegre. “Está praticamente elaborada a medida provisória, que deve definir a questão desse crédito para as grandes empresas. Tenho certeza de que vai surpreender positivamente a todos”, disse o vice-presidente.

Alckmin também apontou outros recursos liberados pelo Governo Federal para apoiar o estado. “Foi liberado recurso do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), juros zero, a rede de bancos públicos e as cooperativas. Depois o Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), atendendo as médias empresas agrícolas, com juros real zero, todos eles com FGO, ou seja, tem fundo garantidor, e incluído, além dos bancos públicos, as cooperativas de crédito”.

NO SENADO, REPRESENTANTES DO GOVERNO DETALHAM AÇÕES DE SOCORRO AO RS

Para Paulo Paim, é preciso pensar no desenvolvimento de forma sustentável e na busca de um projeto de Nação que respeite as pessoas, não agrida o meio ambiente e os direitos humanos

Agência PT

A prevenção aos desastres climáticos precisa estar no foco de atuação dos governos e do Congresso Nacional. Essa é a avaliação dos parlamentares, representantes do governo Lula e especialistas ouvidos nesta segunda-feira (27) na sessão de debates do plenário do Senado para tratar da catástrofe no Rio Grande do Sul.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão externa do Senado destinada a acompanhar a tragédia, destacou o fato de o bioma pampa ser o segundo mais devastado do Brasil, atrás apenas da Mata Atlântica.

Para Paim, é preciso pensar no desenvolvimento de forma sustentável e na busca de um projeto de Nação que respeite as pessoas, não agrida o meio ambiente e os direitos humanos.

“Estamos pagando o preço da nossa insensatez. E quem mais sofre, infelizmente, é a população”, alertou o senador.

“Não podemos mais silenciar diante dos sons e estrondos de uma árvore que é derrubada, das inundações, das queimadas, da desertificação, das águas contaminadas. O desequilíbrio ecológico é culpa do homem e isso pode tornar parte do planeta inabitável. O alerta está sendo dado: aquecimento global, ar irrespirável, desastres ambientais, refugiados climáticos, fome, doenças, pragas”, emendou Paim.

A chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Mudanças do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Monique Sacardo Ferreira, afirmou que a pasta tem olhado para a política climática e para o enfrentamento à emergência climática como uma grande missão na promoção de políticas voltadas à descarbonização da economia,

a transição justa e preparação da população e das cidades para os impactos de eventos extremos.

“Estamos trabalhando na elaboração de um projeto para apoiar 260 municípios, inicialmente, a construir os seus planos municipais de adaptação à mudança do clima. Essa estratégia é fundamental. O enfrentamento à mudança climática não é feito por um ente isolado, mas é uma coordenação interfederativa necessária para prevenir e salvar vidas”, explicou.

No mesmo sentido, o ministro das Cidades Jader Filho apontou para a necessidade de as políticas públicas do governo federal, estados e municípios estarem desenhadas para o que classificou como “novo normal”.

“Se as nossas cidades não estiverem preparadas, se não estiverem adaptadas, se a resiliência das nossas cidades não for uma prioridade para este país, nas obras de prevenção a desastres, nós iremos ver tragédias como essas cada vez mais frequentes. Nós iremos gastar muito mais, o Brasil terá um custo muito maior, se nós não tratarmos de prevenção como prioridade neste país”, alertou Jader Filho.

O ministro ainda explicou aos parlamentares que a reconstrução das casas destruídas deve ser feita pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) Calamidades, versão do programa destinada a atender municípios atingidos por catástrofes naturais.

Secretário-executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Valder Ribeiro de Moura, enfatizou o trabalho articulado pelos ministérios do governo Lula que, no socorro aos mais de 580 mil desalojados e quase 700 mil afetados, já conseguiu articular mais de 20 mil toneladas de doações.

CASO MARIELLE

O ex-policial militar, Ronnie Lessa, confessou as execuções de Marielle Franco e Anderson Gomes, apontou os mandantes e detalhou o que foi prometido a ele como pagamento pelo crime, em um vídeo no âmbito de delação premiada, o qual o Fantástico teve acesso. Foi a primeira vez que Lessa confessou os assassinatos e reforçou Domingos Brazão, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão como mandantes. De acordo com a delação, um loteamento clandestino na Zona Oeste do Rio, avaliado em milhões de reais, foi prometido a ele e a seu comparsa Macalé (também ex-PM, Edmilson de Oliveira), para que pudessem ser explorados serviços da população e o controle da área; Lessa apontou que a negociação operou em formato de sociedade entre os mandantes e os executores. O delegado Rivaldo Barbosa, preso por participação e apontado pela Polícia Federal como mentor intelectual do crime, pediu “pelo amor de Deus” em um bilhete ao ministro Alexandre de Moraes para que ele pudesse ser ouvido pela PF; Moraes acatou o pedido e determinou que Barbosa preste depoimento.

DESONERAÇÃO DA FOLHA

Em entrevista a jornalistas nesta segunda-feira (27), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou que a medida compensatória para a desoneração da folha salarial de 17 setores e a renúncia fiscal de uma parte dos municípios sairá até o início da próxima semana. Haddad afirmou que a proposta será enviada no formato de Medida Provisória, e que a pasta está tranquila já que a situação está bem encaminhada.

DE OLHO NA PM

Nesta segunda-feira (27), a Defensoria Pública de São Paulo entrou com uma ação no STF contra a flexibilização do uso das câmeras promovida pelo governador Tarcísio de Freitas. A iniciativa da Defensoria mira o edital publicado na semana passada para a contratação de 12 mil câmeras que possuem um tipo de acionamento diferente, ao invés de serem gravações automáticas e ininterruptas, as filmagens serão acionadas pelos próprios policiais ou por seus comandos. Além disso, o tempo de disponibilidade das gravações também será reduzido, de acordo com a nova perspectiva adotada pelo governo do estado. A Defensoria já realizou um pedido, no ano passado, para tentar obrigar o uso das câmeras pelos policiais, mas não houve sucesso. Ao recorrer ao STF, o ministro Luís Roberto Barroso recomendou o uso do equipamento.

FALSO ALERTA EM CANOAS (RS)

O Exército determinou o imediato afastamento de militares que divulgaram, sem consentimento do comando, um alerta para que moradores do bairro Mathias Velho, em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, deixassem a área por risco de inundação. Os militares integrantes da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada repassaram à população a informação de que um dique tinha se rompido e que as águas inundariam a região, contribuindo para disseminar o pânico entre os moradores. De acordo com o Comando, a informação foi transmitida a partir de relatos de terceiros e não houve checagem antes de ser propagada. “Tal situação decorreu de um grave erro de procedimento”, informou a Força, em nota divulgada pelo Comando Militar do Sul.

SEGUE INELEGÍVEL

O ministro do STF Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, negou o recurso extraordinário para Jair Bolsonaro e seu vice na chapa, Walter Braga Netto, que receberam a inelegibilidade de oito anos, em outubro de 2023, com o entendimento de que cometeram abuso de poder político ao usar as comemorações oficiais do 7 de Setembro de 2022 para fins eleitorais. Mesmo com o recurso recusado para que a inelegibilidade possa ser analisada no STF, a defesa de Braga Netto afirmou em nota que vai recorrer com um novo pedido.

ENEM 2024

As inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, deste ano foram abertas nesta segunda-feira (27). O prazo segue até o dia 7 de junho, com exceção aos moradores do Rio Grande do Sul, que terão um calendário diferenciado a ser divulgado pelo Ministério da Educação e isenção nas taxas. A aplicação das provas será nos dias 3 e 10 de novembro. Para se inscrever, os estudantes devem acessar a página do participante em enem.inep.gov.br/. A taxa é de R\$85 e deve ser paga até o dia 12 de junho, por boleto, Pix, cartão de crédito ou débito. Ao longo de mais de duas décadas, o exame consolidou-se como a principal porta de entrada para a educação superior no Brasil e é fundamental para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além de ser um meio de acesso à universidades em Portugal que possuem convênio com o Inep.

GOVERNO LULA E PREFEITURAS: PARCERIA ESTRATÉGICA

Odair Cunha

A atuação do presidente Lula para aliviar a situação fiscal das prefeituras do País mostrou, mais uma vez, o forte respeito do PT e do atual governo aos municípios. As medidas anunciadas na semana que passou, na 25ª Marcha dos Prefeitos, em Brasília, são um avanço extraordinário para os 5.565 municípios brasileiros. Destacam-se, principalmente, a manutenção dos 8% da alíquota previdenciária sobre a folha de pagamento das prefeituras, novas regras para financiamento de dívidas e precatórios e facilitação de acordos para transferências de recursos da União.

A presença do presidente na marcha significa a retomada da civilidade política. Com postura democrática, republicana e federativa, mostrou respeito às diferenças, à pluralidade, à diversidade. Um gesto que encoraja a tolerância e coloca o interesse público e coletivo acima de qualquer diferença política e ideológica, ao contrário do governo anterior.

A desoneração previdenciária da seguridade para os municípios brasileiros foi fruto de um entendimento havido entre a Câmara dos Deputados, o Senado, o Supremo Tribunal Federal e o Poder Execu-



tivo. A construção desse consenso permitiu que as prefeituras ganhassem fôlego para equilibrar suas contas no pós-pandemia, e, ao mesmo tempo, abriu caminho para o governo federal efetuar o ajuste fiscal.

A lição que se tira é de que é possível avançar rumo à construção de um país mais justo, sustentável e desenvolvido com o entendimento. É assim que se faz política com "P" maiúsculo, buscando estabelecer diálogo franco e sincero em torno daquilo que é possível.

O esforço para fortalecer os municípios é uma das metas do atual governo. As pessoas vivem nos municípios, dialogam com os prefeitos e as prefeitas, os vereadores e as vereadoras. Como disse Lula, não existe país rico com município pobre. É na cidade que as pessoas lutam por educação, saúde, lazer, moradia e emprego. Não é possível tomar medidas em âmbito nacional, com diferentes políticas públicas, sem levar em conta os municípios.

É crucial ter a compreensão clara de que o diálogo federativo é fundamental para o impulsionar ações que levem à melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Um exemplo de avanço construído a partir do entendimento é a aprovação da revolucionária re-

forma tributária, num processo que envolveu todos os entes federativos e a sociedade. Em lugar de um sistema burocrático, com um cipal de regras que o tornam um dos mais complexos do planeta, temos um novo arcabouço tributário, moderno, eficaz e simplificado.

Superar diferenças políticas, com o interesse coletivo acima de tudo, pode dar lugar a atitudes colaborativas e harmônicas, de respeito às instituições. E é isso a marca do governo do PT e aliados. No lugar de um governo negacionista, elitista e autoritário, como era o anterior, temos hoje um transparente, que dialoga com as necessidades do povo brasileiro.

A conduta republicana atual está evidente nas ações do Governo Federal para a reconstrução do Rio Grande do Sul depois da catástrofe socioambiental. Com sensibilidade, sem negacionismo, como ocorreu no governo militarista passado diante da tragédia da pandemia. O Executivo Federal está presente na gigantesca tarefa de apoio à população e à recuperação da economia gaúchas, em parceria com o governo estadual e as prefeituras gaúchas. O momento é de união nacional para ajudar o Rio Grande do Sul.

A ação colaborativa do governo federal com estados e municípios, respeitando as respectivas autonomias, é de interesse de todo o País.

O PT já pôde mostrar ao povo brasileiro que é possível levar o Brasil a outro patamar civilizatório e de desenvolvimento. As perspectivas de futuro são muito melhores do que tínhamos até muito pouco tempo atrás. Em menos de um ano e meio, conquistamos colossais avanços. Sementes foram plantadas, a colheita já começou a ser feita.

Deputado federal por Minas Gerais
e líder da Bancada do PT na
Câmara dos Deputados



IGUALDADE - A taxaço dos super-ricos garante um sistema tributário mais justo e progressivo

TAXAÇÃO DE 2% SOBRE SUPER-RICOS MULTIPLICARIA ORÇAMENTO DO MEIO AMBIENTE POR DEZ

Levantamento do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP) estima que imposto sobre 0,2% dos mais ricos arrecadaria R\$ 41,9 bi ao ano

Agência PT

Diante da urgente necessidade de se retirar amarras fiscais de gastos com medidas de prevenção a desastres naturais e ações de mitigação e adaptação do clima, um levantamento da USP mostra como a taxaço dos super-ricos pode contribuir para o enfrentamento da crise climática. De acordo com um estudo

do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP), a taxaço de 2% sobre os 0,2% mais ricos do país seria suficiente para multiplicar o orçamento do Ministério do Meio Ambiente por dez. O imposto geraria R\$ 41,9 bilhões em arrecadação.

Ainda segundo o estudo, o montante também daria para triplicar o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Cen-

tro de Pesquisa calcula que a taxaço seria aplicada a 267,5 mil pessoas com fortuna de mais de R\$ 13 milhões e uma renda mensal de pelo menos R\$ 218 mil.

A pesquisa expõe o fato de que, diferentemente da maioria dos brasileiros que possuem algum tipo de riqueza (27% da população) e têm seus ativos acumulados em sua maioria em imóveis, os super-ricos preferem os ativos financeiros. "O perfil de riqueza desses 0,2%, é bem di-



Lula Marques/Agência Brasil

ferente do resto da população”, confirmou à BBC o economista Guilherme Klein, professor da Universidade de Leeds, no Reino Unido e pesquisador associado do Centro.

Tributação na fonte

Klein defende que a taxaço sobre essa parcela da população ajudaria a diminuir a regressividade do sistema tributário. “Com a aplicação do imposto mínimo de 2% sobre os 0,2% mais ricos, sua alíquota efetiva sobe para 10%, ou seja, você reduz a regressividade –mesmo assim os super-ricos continuariam pagando proporcionalmente menos impostos do que o resto da população”, destacou Klein. “Então não é algo que seria absurdo do ponto de vista de progressividade tributária”.

O economista lembrou que os ganhos da classe média são tributados na fonte, com alíquo-

tas progressivas que chegam a 27,5%, geralmente em cima dos salários, para ganhos acima de R\$ 4.664,69. Ao contrário dos super-ricos, que não recebem salários, mas rendimentos dos lucros e dividendos de diversas ações de empresas que não pagam imposto no país.

Lula defende taxaço dos super-ricos no G20

A reportagem da BBC informa ainda que o estudo foi feito a partir de uma proposta dos economistas franceses Thomas Piketty, Gabriel Zucman e Emmanuel Saez. Em um relatório global de 2022, eles propuseram a criação de um imposto global mínimo sobre a riqueza dos bilionários, medida defendida pelo presidente Lula no G20.

Em um simpósio do G20 sobre tributação, na quinta-feira (23), Haddad afirmou que a proposta brasileira ganhou peso no

bloco, tendo apoio, inclusive, do presidente da França, Emmanuel Macron. “Fico tocado como essa proposta ganhou peso em muito pouco tempo, temos países que talvez vacilassem em manifestar uma adesão em uma coisa que pode ser disruptiva, mas tivemos países do G7, países da Europa se manifestando a favor”, disse o ministro.

“Nós não vamos dar conta das nossas dificuldades e desafios a partir das velhas instituições criadas até o presente”, alertou Haddad. “Vamos ter que repensar as instituições, os organismos multilaterais, os bancos multilaterais, as relações internacionais, e a partir daí, repensar o financiamento dessa equação”, disse.

No Brasil, a cobrança de Imposto de Renda de fundos exclusivos, uma vitória histórica do governo Lula, foi aprovada no Congresso em novembro de 2023.

Da Redação PT, com BBC e Agência Senado

SEM MEDO
E SER FELIZ

LULA



Sergio Silva

DORES DO PASSADO E DO PRESENTE - De acordo com o ministro, a pesquisa demonstra as feridas do nosso país, a maneira violenta como se constituiu e como se refaz por meio de atos violentos

MINISTRO SILVIO ALMEIDA PROPÕE PACTO NACIONAL PELA REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS PARA COMBATER LETALIDADE POLICIAL

Defender os direitos humanos é defender o povo brasileiro contra a violência, defender os brasileiros. Então quem é nacionalista defende direitos humanos no Brasil, afirma ministro

Rose Silva

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, defendeu a criação de um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios para combater a letalidade policial no Brasil. A ideia foi apresentada na última quarta-feira, durante sua visita à Fundação Perseu Abramo para assistir a uma apresentação sobre os dados da pesquisa “Chacinas e Politização das Mortes no Brasil”, realizada desde 2018 pelo Projeto Reconexão Periferias, que já mapeou 786 casos de chacinas ocorridos em dez anos, de 2011 a 2020, com base em notícias publicadas em todo o país.

Ao longo do evento, a pesquisadora responsável pelo eixo de Violência do projeto, Sofia Toledo, antecipou dados inéditos do caderno que será lançado ainda em maio, “Chacinas e Policiamento”, que identificou casos divulgados com envolvimento de agentes da polícia. E afirmou que há outros quase 100, não divulgados como decorrentes da atuação da polícia, nos quais moradores e testemunhas afirmam que houve a participação de policiais.

De acordo com o ministro, a pesquisa demonstra as feridas do nosso país, a maneira violenta como se constituiu e como se refaz por meio de atos violentos. “A grande questão é como esses dados podem ser usados politicamente. Porque me parece que mesmo com todos os anos de reflexão e experiência no poder nós não conseguimos constituir um arcabouço institucional para lidar com essa relação de segurança pública e direitos humanos. Como lidar com esta

violência que é parte da sociedade brasileira, que nos constitui enquanto sociedade, com as instituições que nos restam?”, questionou o ministro, que fez questão de apontar: “Falo particularmente das instituições de direitos humanos”.

E lembrou que as primeiras institucionalidades no campo dos direitos humanos que ti-

COMO LIDAR COM ESTA VIOLÊNCIA QUE É PARTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA, QUE NOS CONSTITUI ENQUANTO SOCIEDADE, COM AS INSTITUIÇÕES QUE NOS RESTAM?

vemos datam dos anos 1990. “O desafio é como lidar com o que restou da ditadura. Porque temos de falar também da memória, da verdade, da justiça, da não repetição, e temos dificuldade. Tudo isso está muito esparso, muito solto. Essas chacinas são também o resultado direto de tudo o que a gente vivenciou na história do Estado brasileiro, da ditadura militar.

Ele acredita que a defesa dos

direitos humanos deve ser uma política de Estado, com base em planejamento, e basear-se em quatro pilares: educação, comunicação, políticas de promoção e defesa dos direitos humanos e trabalho em rede. E propôs um Plano Nacional de Redução de Homicídio no Brasil. “A gente esbarra na arquitetura federativa do país, mas eu acredito que há meios de tentar intervir. A questão é como superar esse problema tão difícil, que é a maneira com que a autonomia dos Estados faz que a política de segurança pública no Brasil não consiga ser integrada. É preciso falar o tempo todo que não existe política de segurança pública sem política de direitos humanos, mas também o contrário. Não existem direitos humanos sem política de segurança pública”, disse.

O ministro falou sobre a importância de combater a milícia e o crime organizado com firmeza e comentou que há um sentimento de abandono por parte das pessoas, uma descrença na capacidade das instituições do Estado de resolver o problema. E isso está sendo alimentado pela extrema direita, que quer fragilizar as instituições. “Precisamos melhorar a capacidade do Estado para responder a esse tipo de desgraça e criar práticas materiais para retomar o controle dos territórios perdidos para a criminalidade”, afirmou.

E acrescentou que as pessoas que mais morrem são as envolvidas com a luta pela terra, pelo meio ambiente, pelas reformas urbana e agrária. “Para retomar esses territórios perdidos é necessário satisfazer as necessidades de quem ali vive, oferecendo saúde, educação, moradia e lazer”.

“O RECONHECIMENTO DA PALESTINA ESTÁ ATRASADO 70 ANOS. AO MESMO TEMPO QUE VOCÊ RECONHECE A PALESTINA COMO ESTADO, RECONHECE ISRAEL COMO INVASOR”

Em entrevista à Focus, o jornalista Jamil Chade comenta as últimas movimentações no tabuleiro da geopolítica no avanço para o reconhecimento e reconstrução da Palestina. Para o correspondente, o reconhecimento não é somente da Palestina como soberana, mas de Israel como um invasor, num ponto de retorno histórico a 1967, quando teve início a Guerra dos Seis Dias e a ampliação do avanço sobre terras palestinas por Israel. Na conversa, ainda o avanço da extrema-direita de forma cooperada

Fernanda Otero e Guto Alves

Nos últimos dias, um novo capítulo na história do território palestino ganhou novos contornos. Países que sempre negaram o reconhecimento ao território no Oriente Médio e condenaram o povo palestino a uma clandestinidade cidadã, submissa ao Estado de Israel, começaram a se movimentar pelo reconhecimento do estado palestino. Hoje, três quartos dos países do mundo reconhecem o Estado palestino que foi proclamado pelos líderes no exílio há mais de 35 anos.

É o caso de Espanha, Irlanda e Noruega, que reconheceram formalmente o estado palestino como estado soberano. Esse reconhecimento tardio acontece na mesma semana em que Israel deu ao povo palestino - e ao mundo - mais uma evidência de seus crimes de guerra: o ataque a um campo de refugiados em Rafah, na Faixa de Gaza. O ataque israelense a Rafah carbonizou crianças, matou 45 palestinos e tem gerado indignação internacional. Em rede oficial, a ONU registrou, em inglês, que "este horror tem que parar" e afirmou, em nota, que "não há mais lugar seguro em Gaza".

O reconhecimento eleva para 145 o número de países que reconhecem o Estado palestino, de um total de 193 membros das Nações Unidas. Em 9 de maio, o governo esloveno adotou um decreto para o reconhecimento deste Estado e o Parlamento deverá se pronunciar em 13 de junho.

O presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou em fevereiro que o reconhecimento de um Estado palestino "deixou de ser um tabu". Já o ministro francês das Relações Exteriores, Stéphane Séjourné, reiterou nesta terça-feira que considera que esta de-

cisão deve ocorrer "no momento imediato".

O reconhecimento do invasor

Para Jamil Chade, jornalista brasileiro que vive em Genebra e cobre relações diplomáticas e política internacional para o UOL, o reconhecimento, ainda que tardio, vem acompanhado de um importante componente: o reconhecimento não só do

**AO MESMO
TEMPO QUE VOCÊ
RECONHECE A
PALESTINA COMO
ESTADO, VOCÊ
RECONHECE ISRAEL
COMO UM INVASOR**

estado, mas do invasor. "Quando você reconhece o Estado da Palestina nas fronteiras de 1967, porque é isso que a declaração faz, você está reconhecendo o Estado palestino como ele era em 1967", reflete o repórter, que conversou com a reportagem da Focus por videoconferência.

Outro aspecto abordado é o que o reconhecimento significa para a reconstrução da Palestina, que está destruída pelos ataques israelenses. "Vai reconhecer o

quê, se está tudo destruído? Bom, vai reconhecer que tem um invasor. Essa é uma parte fundamental dessa história", conclui.

Os novos passos no xadrez da geopolítica sinalizam uma mudança de caminhos na Europa, que agora tem que lidar com o avanço da extrema-direita. "As pessoas estão abrindo os olhos. 'Opa, precisamos frear isso aqui'. De uma forma muito impressionante, esses dois mapas convergem em apoio à extrema-direita e a Israel", afirma Jamil.

Leia trechos da entrevista a seguir

- Uma questão central do momento é a decisão de países europeus que reconheceram o Estado da Palestina, mas o que resta desta Palestina atacada? O reconhecimento do Estado palestino, que está quase todo dizimado e destruído, vem acompanhado de discussões sobre reconstrução e apoio? O que sobrou da Palestina para ser reconhecido? Isso está em pauta?

- Tem alguns aspectos que eu queria falar, e essa é uma boa pergunta, inclusive, para começar. O reconhecimento está atrasado em 70 anos. Não é que ele esteja atrasado em relação ao 7 de outubro. Não, são 70 anos de atraso nesse reconhecimento. Precisamos começar por aí a história. Não adianta tentar argumentar de outra forma. Agora, já que é essa a situação, o que tem para ser reconhecido? Em primeiro lugar, acho que o fundamental não é só reconhecer o que sobrou, como você colocou, de uma forma muito correta. Mas, veja como é interessante: isso tem tido um grande impacto na diplomacia. Quando você reconhece o Estado da Palestina nas fronteiras de 1967, porque é isso que a declaração faz, você está reconhecendo o Estado palestino como ele era em 1967.



O que quer dizer isso? Que, ao mesmo tempo que você reconhece a Palestina como Estado, você reconhece Israel como um invasor. Porque, até agora, você poderia dizer que não é um invasor. São terras disputadas. Tem uma situação fluida. O que os europeus começam a fazer agora é dizer, não, calma aí, isso aqui tinha dono. E vocês são os ocupantes, os invasores. Isso é fundamental na discussão legal, inclusive. Vai reconhecer o quê, se está tudo destruído? Bom, vai reconhecer que tem um invasor. Essa é uma parte fundamental dessa história. Por isso que os israelenses ficam também tão irritados com essa história. Porque eles passam a ser um agente legal. Antes, bom, estamos ali, vamos negociar, vamos ver como é que vai fazer isso... Agora, para um número crescente de países, e pela primeira vez de uma forma contundente, também na União Europeia, Israel é colocado como um invasor. Isso muda a história.

- Muda a história e muda o xa-

dreza da geopolítica...

- Exatamente. Esse é um ponto fundamental para entender. O segundo ponto tem a ver com o que você disse: qual é a situação hoje da Palestina? Em muitos lugares, ela está totalmente desmembrada, completamente destruída e enfraquecida. O que fazem os israelenses, entre outras coisas? Controlam o fluxo de dinheiro para essas localidades e até mesmo o pagamento de impostos em algumas dessas cidades, não em Gaza, mas na Cisjordânia. Então, quando você reconhece um Estado soberano, falando em termos super capitalistas, quem fica com o dinheiro? Quem fica com o dinheiro dos impostos? Porque hoje, mesmo a autoridade palestina precisa da boa vontade, ou melhor, de um acordo com Israel para repassar o dinheiro que é dos impostos, olha que loucura. Quando você concede um reconhecimento desse tipo, você também diz que quem deve gerir os recursos daquele país é a autoridade daquele país, ponto final. Então,

tem esse aspecto também. Se tem um plano de reconstrução, tem vários planos. Há o plano da ONU, por exemplo, do Pnud, que foi apresentado há um mês. Esse talvez seja o plano mais bem elaborado devido a tudo o que aconteceu nos últimos sete meses. O plano do Pnud é criar um fundo internacional que seria utilizado para a reconstrução de Gaza e, claro, também de partes da Cisjordânia. Agora, esse fundo só faz sentido se a Palestina for um Estado soberano. Porque volta àquela outra discussão: você está reconstruindo o quê e para quem? Portanto, esse aspecto também é importante.

- E você vê essa discussão avançando na ONU nos próximos meses?

- Prefiro te contar, como repórter, o que está acontecendo. O que tem acontecido é que a situação em Gaza é tão dramática que, ao mesmo tempo, está gerando uma mobilização inédita, pelo menos nos últimos 25 anos. Estou aqui há 25 anos e nunca ti-

na visto essa mobilização pelo reconhecimento do Estado palestino dessa forma. Então, o que é o Estado palestino? Além de classificar Israel como um invasor e exercer controle sobre a arrecadação de impostos e a ajuda internacional, também significa uma blindagem internacional em relação, claro, ao invasor. Então, o que fizeram os palestinos? Reconheceram que não têm como frear essa invasão ou competir com o poderio militar israelense. O que podem fazer, no campo diplomático, é "esticar a corda". E o que é "esticar a corda"? Forçar um reconhecimento do Estado palestino. Assim, os palestinos e os árabes, ao perceberem a iminência de uma destruição brutal, recolocaram esse tema na mesa de negociações e tentaram empurrá-lo ao máximo. Eles empurraram tanto que foi muito mais do que imaginavam e quase conseguiram. Bateu na trave, faltando apenas um voto, o dos americanos, no Conselho de Segurança. Um veto americano é decisivo, mas o Reino Unido, outro membro permanente do Conselho com poder de veto, optou pela abstenção, o que é significativo, dado que o Reino Unido é um aliado dos EUA e de Israel. Outras abstenções, como a da Suíça, também foram importantes. Além disso, o voto favorável da França foi bastante significativo. Empurraram muito, foi muito longe, muito mais, eu diria, longe do que eles imaginavam e bateu na trave, porque só teve um voto, no caso dos americanos, vetando no Conselho de Segurança. Um dos americanos é tudo, é tudo, mas olha, o Reino Unido, que é membro do Conselho de Segurança permanente, tem poder de veto, optou pela abstenção. Foi significativo que você tenha o Reino Unido, um aliado americano, um aliado de Israel, optando pela abstenção. Outras abstenções

também foram importantes, a da Suíça, por exemplo, também foi importante. E o voto favorável da França, que também é significativo. Os palestinos aproveitaram esse momento para avançar o máximo possível. Será uma questão de semanas ou meses? Claro que não. Por quê? Porque o veto americano não vai mudar a curto ou médio prazo, o veto americano não vai mudar nesse sentido.

VAI RECONHECER O QUÊ, SE ESTÁ TUDO DESTRUÍDO? BOM, VAI RECONHECER QUE TEM UM INVASOR. ESSA É UMA PARTE FUNDAMENTAL DESSA HISTÓRIA.

- Você vê relação entre o reconhecimento da Palestina como um realinhamento de forças em resposta ao avanço da extrema-direita no Ocidente? Com o Reino Unido se abstendo, parece haver uma resposta forçada ao extremismo. Aqui no Brasil, por exemplo, estamos relembrando os 60 anos do golpe, enquanto lidamos com o impacto recente da extrema-direita que esteve no poder com Bolsonaro na pre-

sidência. Esse realinhamento das forças é perceptível para você?

- As pessoas estão se abrindo os olhos. Opa, precisamos frear isso aqui. De uma forma muito impressionante, esses dois mapas convergem em apoio à extrema-direita e a Israel. Não pelo apoio a Israel ao povo judeu, não é por isso, no caso dos americanos, talvez seja, mas não é essa a principal razão. A questão é que Netanyahu é uma peça fundamental na extrema-direita mundial. E dos membros do seu governo, ele, imagina só, é até o mais moderado. Há outros membros do seu governo que são ainda mais extremos. No governo dele, há figuras como Felipe Martins e Damares Alves. Existem pessoas que são ainda mais radicais que ele. Ele é como o General Mourão. Pode parecer um absurdo, mas a ideia é que ele já foi primeiro-ministro antes, de uma forma muito mais, eu diria, capaz de dialogar. Hoje, ele governa com o apoio não apenas da extrema-direita, mas da ultra-extrema-direita, o que tem suas implicações. Esses países, por exemplo, que chegaram na... eles foram para a Assembleia Geral da ONU e votaram na resolução de reconhecimento da Palestina, os que votaram contra a resolução, além dos americanos, que já era previsto e vai ser sempre assim, democratas ou não, a gente vai ter sempre uma relação dessa, mas nós tivemos Hungria e Argentina. Foram só nove países que votaram contra. E desses nove países, você tinha a Argentina do Milei e a Hungria de Viktor Orbán. Agora, insisto, não é pela proteção ao povo judeu, pelo entendimento de que aquela terra primeiro era dos judeus ou não, não é nada disso. Não é nada disso. Esses países, por exemplo, que chegaram na Assembleia Geral da ONU, votaram na resolução de reconhecimento

da Palestina. Além dos Estados Unidos, que sempre se posicionaram contra democratas ou não, também tivemos Hungria e Argentina votando contra. Foram apenas nove países que votaram contra. E desses nove países, tinha a Argentina do Javier Milei e a Hungria de Viktor Orbán. Não é pela proteção do povo judeu ou de reconhecer que aquela terra era originalmente dos judeus, nada disso. Não se trata de nada disso.

- Diante das próximas eleições em 7 de junho para o parlamento, com o governo britânico convocando eleições para o início de julho, como você avalia esse novo cenário na Europa, com as previsões apontando para a formação de um novo parlamento de direita.

- Sim, os dados mostram que as pesquisas da semana passada, em 27 países europeus, apontaram a extrema-direita como líder na campanha eleitoral para o parlamento europeu nove desses países. Em mais cinco, a extrema-direita ficou em segundo lugar. Isso é impactante. Essa eleição é complicada porque não mobiliza tanto, eu sempre brinco que a eleição para o parlamento europeu é mais como um feriado do que uma eleição, com uma taxa de participação muito baixa. A perspectiva é que a extrema-direita saia fortalecida dessa eleição. E aí tem uma lógica nesse contexto de 2024 que é horrível, absolutamente dramático. O que eu ouvi deles nessa última cúpula da extrema direita mundial chamada CPAC - Conferência de Ação Política Conservadora, em Budapeste, realizada há duas semanas, é o seguinte: a ideia é de primeiro vencer, ou pelo menos se fortalecer muito no parlamento europeu, e depois de você ter se fortalecido no parlamento europeu,

eventualmente vencer a eleição nos Estados Unidos. E aí, olha só, criar um arco da extrema direita entre Estados Unidos e Europa. Isso já pensando em 2025, em 2026, com a eleição do Emmanuel Macron na França, com a extrema direita também despontando como líder, e na Itália, com a Giorgia Meloni já no poder. E teremos eleições no Brasil. Então, aquela ideia que alguns de

**QUANDO VOCÊ
CONCEDE UM
RECONHECIMENTO
DESSE TIPO, VOCÊ
TAMBÉM DIZ QUE
QUEM DEVE GERIR
OS RECURSOS
DAQUELE PAÍS É
A AUTORIDADE
DAQUELE PAÍS,
PONTO FINAL.**

nós talvez tivemos, eu não culpo, porque a gente teve direito também de celebrar. Quando o Bolsonaro perde a eleição, a página é virada? Para eles não é. Para eles não existe essa página virada. Essa mobilização continua e eles voltam com uma... Voltam não, acho que nem essa palavra é correta. A mobilização continua porque o objetivo é de médio a longo prazo. Não é uma relação oportunística. Vamos adotar essa ideologia para vencer a próxima

eleição. É algo muito consolidado, com muito dinheiro, com uma estratégia muito clara. Então, não é, não vai desaparecer. No Brasil não desapareceu e não vai desaparecer só porque perderam uma eleição. A ideia de que, talvez, alguns de nós tivemos, não é de se culpar, pois também tivemos o direito de celebrar, era que quando Bolsonaro perdesse a eleição, seria uma página virada. No entanto, para eles não é assim, não existe essa página virada. A mobilização continua e não é uma questão de voltarem, porque seria como se tivessem saído. A mobilização continua porque o objetivo deles é de médio a longo prazo. Não se trata de uma abordagem oportunista de adotar uma ideologia para vencer a próxima eleição. É algo muito bem estabelecido, com um apoio financeiro significativo e uma estratégia bem definida. Portanto, não vai desaparecer. No Brasil, essa ideologia não desapareceu e não vai desaparecer apenas porque perderam uma eleição.

- É interessante você falar isso porque muita gente defendia que era pura ordem do discurso. O uso do discurso como uma forma de arregimentar eleitores. E não é.

- É prática, é prática. Porque tem alguns aspectos que, acho que convivendo e olhando muito para esses movimentos em vários países ao mesmo tempo, tem algumas coisas que eu, pelo menos, comecei a descobrir. A primeira delas é de que eles têm certeza de que estão do lado certo da história. É uma coisa meio maluca, mas tem até uma colega que escrevi com ela, a Juliana Monteiro, que diz que eles se apresentam como revolucionários. São eles que estão trazendo a revolução. Eu falo, não, calma aí, vocês são ultra conservadores.



Sim, mas a narrativa que eles contam para eles mesmos é essa, de que nós estamos aqui defendendo a liberdade. Todos termos sequestrados a liberdade, a democracia, no caso, a família, o amor. São todas palavras sequestradas pela extrema-direita, ressignificadas justamente com a capacidade de mobilizar, tanto que a gente está vendo aí os parlamentares brasileiros recorrendo aqui a Europa e os Estados Unidos com a narrativa de que nós vivemos no Brasil uma ditadura. É tão sequestrada que ela não é só sequestrada naquele momento, naquele discurso, ela cria, inclusive, uma narrativa paralela de que nosso país vive uma ditadura. Como disse o Eduardo Bolsonaro lá em Budapeste na semana retrasada, talvez eu volte para o Brasil e seja preso no aeroporto, como se fosse uma repressão a ele. Existem alguns aspectos que, convivendo e observando atentamente esses movimentos em vários países ao mesmo tempo, comecei a descobrir algumas coisas. Eles se apresentam como os que estão trazendo a revolu-

ção. É irônico, considerando que são extremamente conservadores. Apesar disso, a narrativa que eles constroem para si mesmos é essa: de que estão lutando pela liberdade. Eles afirmam que termos como liberdade, democracia, família, amor foram sequestrados pela extrema-direita e ressignificados de forma a mobilizar as pessoas. É por isso que vemos parlamentares brasileiros recorrendo à Europa e aos Estados Unidos com a narrativa de que vivemos no Brasil sob uma ditadura. Essa manipulação é tão eficaz que não se limita apenas ao momento do discurso; ela cria uma narrativa paralela de que nosso país está sob uma ditadura. Como mencionou o Eduardo Bolsonaro em Budapeste, de que talvez quando ele voltasse para o Brasil fosse preso no aeroporto, como se estivesse sendo reprimido.

- A Europa implementou normas mais rigorosas em relação ao uso das mídias sociais, especialmente para lidar com as fake news e elas foram feitas rapida-

mente para refletir nas campanhas do Parlamento Europeu. Você consegue notar alguma mudança? Acha que já é possível medir esse impacto?

- Eu acho que foi muito, vamos assim, foi muito tarde na eleição europeia. Eu acho que a gente não vai ver um impacto nessa eleição, eventualmente nas próximas, mas nessa eleição eu acho que ainda eles estão nadando de braçada. Fazer nada também não adiantava, tinha que fazer, e é verdade, acho que tinha que fazer o que foi feito, mas acho que foi tarde demais. A base já estava estabelecida e a desinformação já circulava. Vou te dar um outro exemplo. Não é só para o Parlamento Europeu que isso está acontecendo. Aqui na OMS, na Organização Mundial da Saúde, está sendo negociado e deve ser aprovado na semana que vem, um tratado que eles chamam de tratado pandêmico, que é basicamente criar regras para que em uma próxima pandemia a gente saiba o que cada país vai ter que fazer. A China vai ter que se abrir para a inspeção

internacional, o cara que produz vacina vai ter que distribuir vacina também para o país pobre, então aquelas coisas que a gente não sabia quando aconteceu a Covid, eles estão fazendo um tratado para isso. E olha só a extrema direita, veio atacando de uma forma brutal o tratado, porque tem um parágrafo que diz o seguinte: os países se comprometem a lutar contra a desinformação na pandemia. Isso, para eles, é, como assim? Vai afetar a minha liberdade de expressão? Não! Ninguém está falando de liberdade de expressão, está falando de mentira, está falando de desinformação como arma política e criminosa. Ninguém está falando de liberdade de expressão aqui, mas eles encamparam isso como uma ameaça à liberdade de expressão mundial. E é tão maluca essa liberdade de expressão que, por exemplo, eles estão circulando nas redes sociais uma campanha que diz que segundo o tratado da OMS, se tiver uma nova pandemia, se lá, no interior do Paraná, se você não colocar máscara, a OMS vai mandar tropas para o país para te colocar máscara.

- Qual o efeito, qual a herança desse avanço extremista da direita sobre as relações internacionais, as relações entre as nações? Me lembro de você fazer matérias sobre os vexames que passávamos com a representação diplomática do Bolsonaro. Mas, para além do vexame, acredito que haja riscos também... Qual a herança desse avanço?

- O vexame é a parte mínima dessa história, sinceramente. É a parte que a gente... E que eles não estão nem aí. Não é o problema. O que tem acontecido é que tudo passou a ser muito mais difícil, porque qual é o objetivo da extrema-direita nos órgãos internacionais? Quebrar

consenso. Lembra daquela frase que o Bolsonaro disse na primeira viagem dele aos Estados Unidos, que ele falou eu "preciso primeiro destruir, depois eu vou construir". Não sei se você se lembra, ele falou num jantar. Essa é a lógica na esfera internacional. Primeiro, eles precisam romper o consenso sobre tratados que eram consensuados. Isso é muito complicado de ser feito e o impacto disso é um terremoto. Isso

**FOI SIGNIFICATIVO
QUE VOCÊ TENHA
O REINO UNIDO,
UM ALIADO
AMERICANO, UM
ALIADO DE ISRAEL,
OPTANDO PELA
ABSTENÇÃO.**

é um terremoto, porque tratados que ninguém mais discutia, porque eles estavam estabelecidos, passaram a ser questionados. Um revisionismo total. E não é essa a parte também inovadora deles, não é que eles vão embora. Ah, eu saio da OMC, por exemplo, nos Estados Unidos. Eu vou sair da OMC. Não. Eles ficam e destroem por dentro. Eu vi isso acontecer. A OMC, a Or-

ganização Mundial do Comércio, parou, hoje é uma entidade que não tem basicamente sentido no Tribunal. O tribunal era o que garantia que aquelas regras existissem, mas não adianta você ter uma Constituição, se você não tem um juiz. Você tem uma Constituição ótima, agora se você violar aquela lei, não acontece nada. E o que aconteceu com a OMC? Tem as regras do comércio internacional, mas ela não tem mais um tribunal, porque foi desmontado pelos americanos, pelo Trump. Ele nunca saiu da instituição, ele desmontou por dentro. A Declaração Universal de Direitos Humanos, Tratado de Não Proliferação, tantas outras coisas, inclusive o Tratado de Paris, você vai tentando modificar para criar o seu mundo. Vamos assim dizer, desfazendo uma realidade e criando outra no lugar. E essa outra no lugar é com o que a gente precisa ficar muito preocupado, porque ela é reacionária, ela é de limitação de direitos, ela é realmente, realmente perigosa, não tem outra palavra.

Estive no Comitê de Eliminação da Discriminação contra a Mulher. Parece óbvio, certo? Quem poderia ser contra isso? Bom, aí você descobre que tem alguém no fundo da sala filmando e editando as cenas conforme sua vontade, distorcendo o que foi realmente discutido, uma história que não tem nada a ver com o que tinha acontecido ali, e compartilhando essa versão nas redes sociais. Isso é feito não com o objetivo de enganar, mas sim para criar ruptura e conflitos. Então isso eles têm feito de uma forma permanente em todas as organizações, em todas as reuniões, com uma eficácia impressionante. O resultado disso? Uma total falta de confiança mútua. O mundo se modificou. E se modificou brutalmente. Brutalmente.



RICARDO STUCKERT

BRASIL E ESTADOS UNIDOS: DUZENTOS ANOS DE UMA PARCERIA VIGOROSA, DINÂMICA E MULTIFACETADA

A defesa da multipolaridade será cada vez mais a bandeira dos países e dos povos que se insurgem neste momento contra o imperium militar global exercido pelo Ocidente

Maria Luiza Ribeiro Viotti

Celebrar duzentos anos de relações diplomáticas é um marco notável. Esta é uma história não apenas de dois países, mas de uma parceria que perdurou e evoluiu ao longo da própria história do continente americano e do mundo. Menos de dois anos após nossa independência, os Estados Unidos se tornaram um dos primeiros países a acolher formalmente o Brasil no cenário mundial. Este gesto inicial de amizade definiu o tom de uma relação que resistiria a muitas turbulências. Ao longo dos anos, nossos laços cresceram, o comércio floresceu e as trocas culturais se multiplicaram.

Hoje, os dois países têm uma agenda dinâmica e diversificada, baseada em valores compartilhados e interesses comuns. Democracia, direitos humanos, promoção do desenvolvimento sustentável e a luta contra as mudanças climáticas estão no centro de nosso trabalho. Buscamos fortalecer nossa cooperação em múltiplas áreas, desde o comércio e investimento, passando por energia, saúde, ciência, tecnologia, segurança e defesa, educação e cultura.

Os EUA continuam sendo o parceiro comercial mais importante do Brasil em serviços e o segundo em bens, além de serem a principal origem do investimento estrangeiro direto no Brasil. Desde o ano passado, houve anúncios importantes de novos projetos de investimento dos EUA no

Brasil. Os EUA também estão se tornando um destino importante para os investimentos de empresas brasileiras, que já alcançaram 43 bilhões de dólares, criando riqueza e empregos neste país. O Brasil é cada vez mais visto como um país com potencial para ajudar a enfrentar alguns dos maiores desafios do nosso século: produzir alimentos, gerar energia limpa, fornecer minerais críticos e combater as mudanças climáticas.

O lançamento da Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Joe Biden em setembro de 2023 demonstrou nosso compromisso conjunto com o desenvolvimento econômico justo e sustentável. Reafirmou nosso desejo de trabalhar para combater a exploração, promover o trabalho decente, combater a crescente precarização das condições de trabalho e enfrentar os desafios impostos à força de trabalho na era digital.

A busca por uma economia de baixo carbono motiva as discussões em curso de uma "Nova Parceria para a Transição Energética" entre Brasil e Estados Unidos. Uma colaboração reforçada nessa área poderá apoiar setores nos quais nossos países têm vantagens comparativas e interesses compartilhados, como o hidrogênio limpo. Estudos recentes indicam, nesse sentido, que Brasil e EUA têm o potencial de se tornarem os principais produtores e exportadores de hidrogênio limpo dentro de uma década.

Democracia e direitos humanos também são preocupações

importantes que nossos países compartilham. Os desafios recentes enfrentados pelo Brasil e pelos Estados Unidos nos aproximaram e confirmaram a força de nossas respectivas instituições democráticas. A proteção dos direitos humanos e a promoção da inclusão social também estão no topo de nossa agenda.

Em 20 de maio, poucos dias antes da data em que celebramos o bicentenário de nossas relações diplomáticas, foi realizada em Washington a segunda edição do Diálogo de Alto Nível Brasil-Estados Unidos. A reunião foi co-presidida pela secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e pelo vice-secretário de Estado, Kurt Campbell. A amplitude dos tópicos discutidos pelas duas delegações confirma a importância que Brasília e Washington atribuem a essa relação, que transcende o âmbito bilateral e abarca desafios regionais e globais.

Neste ano de celebrações do bicentenário, Brasil e Estados Unidos têm diante de si uma oportunidade única de alavancar seus valores e interesses compartilhados, a vitalidade e o dinamismo de uma cooperação de longa data para construir uma parceria ainda mais forte, com resultados tangíveis e de longo prazo para ambas as sociedades e um impacto positivo para nossa região e fora dela.

Maria Luiza Ribeiro Viotti é embaixadora do Brasil nos Estados Unidos. Este artigo foi escrito para a edição 118 do boletim semanal do WBO, publicado em 24 de maio de 2024.



QUEM VIVER, VERA

Teatro Oficina estreia monólogo em tributo a Vera Barreto Leite Valdez, parceira de amores e intrigas de Zé Celso Martinez Côrrea

Passados dez meses da trágica morte de José Celso Martinez Côrrea, ator, dramaturgo e uma das maiores referências da cultura brasileira, o Teatro Oficina mais uma vez celebra o seu legado - agora ao lado de outra "lenda viva" do Oficina e do círculo de Zé: um espetáculo que homenageia Vera Barreto Leite Valdez, 88, "Vozes Humanas", que estreou na última segunda-feira (27). Vera está no Oficina há quatro décadas.

Amiga de longa data do patrono e fundador do Oficina, a atriz estará no centro do que tem sido chamado de um "acontecimento cênico" dirigido por Marcelo Drummond e Aury Porto. Em "Vozes Humanas", a própria Vera, junto a outras atrizes, entrelaçam as relações artísticas da atriz numa adaptação pra lá de inusitada do clássico de Jean Cocteau, "A voz humana".

Vera Barreto Leite Valdez são duas em uma. Usando o sobrenome são duas em uma. Usando o sobrenome português do pai, Vera Valdez era como se fazia chamar quando atuava como modelo na Europa. Aos 15 anos, sem ao menos falar francês, já era uma das manequins de Elsa Schiaparelli. Depois, fez parte do elenco de Christian Dior. Por fim, em 1954, aos 17 anos, aterrissou na Maison Chanel: "Coco Chanel era fantástica, fazia roupas pensando em engrandecer e em poderar", conta a atriz.

A segunda Vera, a atriz, assina Barreto Leite, sobrenome de tradicional família carioca que ela adotou ao seguir carreira nos palcos. Há quatro décadas, o elenco do Teatro Oficina, fundado e dirigido pelo grande encenador Zé Celso Martinez Côrrea. "Um gênio", atesta. "Sempre trabalhei com gênios, e eles são tão difíceis quanto fascinantes.

Extraordinários, maravilhosos, te levam à pura paixão e ao puro ódio".

Além da estreia no dia 27, a peça será apresentada nas próximas duas segundas-feiras, dias 3 e 10 de junho, sempre a partir das 20h, no Teatro Oficina. Além de Vera, participam da adaptação Aury Porto, Camila Mota, Fred Steffen, Joana Medeiros, Mariana de Moraes e Sylvia Prado.

VOZES HUMANAS

Segundas-feiras, 3 e 10 de junho, 20h

Teatro Oficina

Autoria: A partir do texto de Jean Cocteau

Elenco: Aury Porto, Camila Mota, Fred Steffen, Joana Medeiros, Mariana de Moraes e Sylvia Prado

Direção: Aury Porto e Marcelo Drummond



24 de maio de 2010

MORTALIDADE INFANTIL JÁ É 61,7% MENOR

Cai a mortalidade infantil no Brasil. Estudo da revista médica internacional "The Lancet" indica que, de 1990 a 2010, a taxa de mortalidade infantil no Brasil caiu 61,7%, passando de 52,04 mortes por mil nascimentos para 19,88/mil. O país avança, assim, à 90ª colocação no ranking mundial de combate à mortalidade infantil, subindo 9 posições.

O censo brasileiro de 2010 revelaria que a taxa de mortes de bebês de até um ano de idade cairia ainda mais, para 15,6/mil – índice 47,5% menor do que registrado em 2000 (29,7/mil). O Nordeste teria a maior redução no período – 58,6%.

A queda da mortalidade infantil resultou de fatores como redução da taxa de fecundidade, maior escolaridade materna, aumento da renda e ampliação do acesso à saúde e ao saneamento básico.

O Brasil se anteciparia dois anos e alcançaria em 2013 o quarto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, que estabelecia, como meta para cada um dos 191 países da ONU, a redução da mortalidade infantil em dois terços entre 1990 e 2015.

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgiram da Declaração do Milênio, criada em setembro de 2000 pelos Estados-membros da ONU, que se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema.

24 de maio de 2007

HANSENIANOS TÊM REPARAÇÃO HISTÓRICA

O presidente Lula sanciona a Medida Provisória 373/2007, concedendo pensão vitalícia às pessoas com hanseníase que tenham sido submetidas, pelo governo, a internação e isolamento compulsórios em hospitais-colônia. O Brasil é o segundo país do mundo a adotar medida dessa natureza, depois do Japão.

O contágio da hanseníase (ou lepra, como se chamava antigamente) se dá somente após contato próximo e prolongado, ao contrário do perpetuado pelo senso comum. No entanto, desde a década de 1920 até meados dos anos 1980, as pessoas com diagnóstico da doença eram isoladas do convívio com a sociedade, obrigadas a se internar em hospitais-colônia, pejorativamente chamados de "leprosários".

Muitas vezes as internações aconteciam à força, após buscas da Saúde pública em escolas e

locais de trabalho. Aos doentes, não era dado nem o direito de se despedir de seus familiares ou de reunir seus pertences. Crianças nascidas nos hospitais-colônia eram imediatamente separadas dos pais e enviadas a orfanatos e educandários próprios para elas. Essa política cruel só foi definitivamente extinta em 1986.

Ao estabelecer o direito a pensão reparatória, o Estado brasileiro assumia sua responsabilidade pelas violações sofridas por estes cidadãos. A MP – que seria convertida em setembro na Lei nº 11.520 – é fruto da articulação entre o governo federal e o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), entidade com destacado histórico de luta.

Entre 2007 e 2010, seriam concedidas 6.057 pensões reparatórias, com custo aproximado de R\$ 200 milhões.

Divulgação



Wikimedia Commons

25 de maio de 2003

ARGENTINA TEM NOVO PRESIDENTE: KIRCHNER

O justicialista Nestor Kirchner toma posse na Presidência da Argentina, após uma eleição conturbada pela qual chegou ao poder graças à desistência do líder do 1º turno, o ex-presidente Carlos Menem, antes do pleito decisivo. A eleição de Kirchner é parte de uma série de vitórias de candidatos de esquerda na América Latina já a partir do fim do século 20.

Hugo Chávez fora eleito presidente da Venezuela em 1999; Ricardo Lagos, do Partido Socialista, tomara posse como presidente do Chile em 2000. Nos anos seguintes, seriam ainda eleitos Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador.

Kirchner se candidatara à Presidência da República pelo Partido Justicialista, o mesmo do então presidente Eduardo Duhalde. Em 27 de abril de 2003, obtivera 22% dos votos, ficando pouco atrás do ex-presidente

Carlos Menem, com 24,3% dos votos válidos, candidatando-se, ambos, a disputar o 2º turno, em 18 de maio. Quatro dias antes da votação, porém, Menem renunciara à candidatura, deixando Nestor Kirchner sozinho na disputa e automaticamente eleito.

Durante a campanha para o 2º turno, Kirchner visitara os presidentes Lula, no Brasil, e Ricardo Lagos, no Chile.

Kirchner nasceu em Río Gallegos, capital da província de Santa Cruz. Antes de chegar à Presidência, militara no movimento justicialista e se opusera à ditadura militar. Em 1987, tornara-se intendente (prefeito) de sua cidade natal e, quatro anos depois, governador de Santa Cruz, com 61% dos votos, reelegendo-se em 1999.

Morreria em 2010, durante o mandato de sua mulher, Cristina Kirchner, que se reelegeria em 2011.

28 de maio de 1945

LEI AGAMENON DEFINE REGRAS ELEITORAIS

O presidente Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei nº 7.586, para regular o alistamento eleitoral e as futuras eleições. É o novo Código Eleitoral do país, que leva o nome do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães.

O ministro Agamenon trabalhara intensamente nos meses anteriores para definir as regras das eleições marcadas para 2 de dezembro e da participação dos partidos que iriam concorrer.

O decreto definiu que, para obter o registro e assim disputar as eleições, os partidos deveriam ter base nacional, ou seja, obter o apoio de, no mínimo, 10 mil eleitores em cada um de pelo menos cinco estados. Essa medida visava inviabilizar a recriação do quadro partidário anterior ao Estado Novo, sustentado por partidos regionais.

Os candidatos que ocupassem funções públicas deveriam se afastar delas pelo menos 90 dias antes das eleições – a chamada desincompatibilização –, ou seja, se o próprio Getúlio Vargas resolvesse disputar a Presidência, deveria deixar o palácio do Catete até 3 de setembro de 1945.

Mais de 35 partidos políticos conseguiram registro provisório, mas, até o final de 1948, apenas 12 permaneceriam oficialmente registrados. Com apoio do governo, foram criadas duas legendas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em oposição a Vargas, surgiu a União Democrática Nacional (UDN).

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

TEORIAeDEBATE

Revista da Fundação Perseu Abramo - Edição Especial - Abril 2024

RADIOGRAFIA DO
GOLPE DE 1964

1964 - 2024
60 ANOS DO GOLPE
CIVIL-MILITAR

ALBERTO CANTALICE - ELEDNORA MENICUCCI - EMILIANO JOSÉ - FERNANDA ESTIMA - FREI CHICO - HENRIQUE NUNES
HILDEGARD ANGEL - IVO LESBAUPIN - JAMES N. GREEN - JOSÉ DIRCEU - LUIZ EDUARDO GREENHALG - MARILENA CHAUI
MATILDE RIBEIRO - MARLY VIANNA - MILTON TEMER - PAULO OKAMOTO - PEDRO ESTEVAM DA ROCHA DOMAR
RAUL PONT - RUI FALCÃO - TARSO GENRO - VALTER POMAR - WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

EDIÇÃO ESPECIAL

60 ANOS DO GOLPE

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para
DOWNLOAD!



visite teoriaedebate.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores